

JULHO 2022 | NÚMERO 09

## Nota de Reflexão do SLH

# Reforçar os sistemas subnacionais para uma cobertura de saneamento e higiene ao nível das unidades administrativas

### Introdução

De finais de 2020 a princípios de 2021, o Sanitation Learning Hub, (Centro de Aprendizagem de Saneamento [SLH]) colaborou com actores do governo local e parceiros de desenvolvimento de três zonas subnacionais na exploração de formas de fomentar a liderança do governo local e de dar prioridade ao saneamento e higiene (S&H), promovendo o progresso rumo a serviços alargados de S&H à totalidade dessas zonas. Já há algum tempo se tinha reconhecido que a liderança do governo local é essencial para garantir a sustentabilidade e a ampliação da escala e constitui uma componente importante das abordagens emergentes de reforço de sistemas no sector do S&H. Espera-se que este trabalho proporcione experiências práticas que contribuam para esta reflexão.

Foram desenvolvidos estudos de caso para captar as experiências do governo local e dos parceiros de desenvolvimento que apoiam os governos subnacionais no fortalecimento da sua liderança e priorização de S&H no distrito de Siaya (no Quênia, com o UNICEF), no distrito de Nyamagabe (no Ruanda, com a WaterAid) e no distrito de Moyo (no Uganda, com a WSSCC), tendo todos eles registado progressos nos últimos anos. Os casos foram então analisados em três workshops com pessoal dos governos locais, os ministérios do governo central e os parceiros de desenvolvimento envolvidos, para rever experiências e identificar alavancas e bloqueios à mudança. Este documento apresenta as principais conclusões deste processo.



Fotografia: Jason Florio

### Porquê o enfoque no reforço dos sistemas subnacionais ?

Para se evoluir de uma situação em que apenas poucas aldeias dispersas estão Livres de Fecalismo a Céu Aberto (Open Defecation Free, ODF), para outra em que existe um saneamento gerido com segurança em grande escala, em países onde a falta de S&H se faz sentir de forma aguda, os governos precisam de tomar a dianteira, demonstrar liderança política e de fazer corresponder aos compromissos que assumem os recursos humanos e financeiros necessários (World Bank Group *et al.* 2019). Na sequência de reformas de descentralização generalizadas, também em toda a África (Cabral 2011), a responsabilidade pelo S&H cabe frequentemente aos governos subnacionais. Nos últimos anos assistiu-se a um aumento dos compromissos dos governos subnacionais em vários países de todo o mundo, no sentido de alcançar o estatuto de saneamento total e de ODF. Contudo, dos 62 países com mais de 5% de fecalismo a céu aberto, apenas 18 estão no bom caminho para se tornarem ODF (UNICEF 2018). Se quisermos alcançar o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6.2, precisamos de acelerar drasticamente o ritmo.



O apoio à liderança governamental é reconhecido como uma componente importante do reforço dos sistemas, passando da implementação directa para um apoio mais abrangente aos governos na prestação de serviços (Casey e Crichton-Smith 2020; Gensch e Tillett 2019). No entanto, muitos parceiros de desenvolvimento estão a tentar encontrar a melhor forma de operacionalizar o reforço dos sistemas e a maior parte da literatura até à data baseia-se na experiência no sector da água, com enfoque ao nível nacional (Gensch e Tillett, 2019). Reconhecendo esta lacuna, o trabalho aqui apresentado visa explorar experiências práticas de reforço da liderança governamental em S&H a nível subnacional.

### Temas emergentes em que as intervenções devem incidir

Os quadros de reforço dos sistemas são frequentemente descritos em termos de “elementos de base”. Embora existam vários quadros<sup>1</sup>, cada um com os seus próprios elementos de base específicos, existe uma sobreposição significativa entre eles. Este trabalho centrou-se no apoio aos governos subnacionais para estes darem maior prioridade ao S&H e aumentarem a sua liderança nesta área, mas para além disso não propõe um enfoque em tópicos específicos, tendo antes deixado que os temas surgissem dos estudos de caso à medida que eram explorados. Desta forma, surgiram as quatro áreas seguintes como temas fulcrais a focar no trabalho para dar mais destaque e fortalecer a liderança dos governos locais em S&H:

- 1. Aumentar a vontade política e apoiar a liderança** – necessário para estabelecer um ambiente favorável ao S&H.
- 2. Alocação de recursos do governo local (financeiros e humanos)** – necessária para assegurar que o S&H seja realisticamente dotado de recursos, entre múltiplas prioridades governamentais subnacionais concorrentes.
- 3. Monitoria, elaboração de relatórios, aprendizagem e utilização de dados lideradas pelo governo** – necessárias no apoio à sensibilização em relação ao S&H e ainda motivar a liderança, dar forma ao planeamento e acompanhar os progressos.
- 4. Não deixar ninguém de lado** – necessário para assegurar apoio específico ao contexto daqueles que possam ser mais vulneráveis.

Resumem-se a seguir a fundamentação, análises e exemplos destas quatro áreas.

#### 1. Aumentar a vontade política e apoiar a liderança

Nos três estudos de caso, revelou-se fundamental a existência de um ambiente de forte capacitação, com políticas e estratégias claras para o S&H a nível nacional, por forma a dar prioridade ao S&H a nível local. As actividades de promoção deste ambiente foram as seguintes:

- Uma série de conferências sobre saneamento no Quênia, com o objectivo de levar tanto os governos nacionais como os governos distritais a reiterar o seu compromisso com as suas metas ODF.
- Trabalho de advocacia junto do fórum parlamentar de WASH do Uganda, que ajudou a aumentar a prioridade política de S&H a nível nacional.
- Declarar o saneamento questão de segurança humana a nível nacional no Ruanda.

A nível local, ficou claro que a tomada de decisões e a programação subnacional de S&H envolvem funcionários eleitos e pessoal técnico, por vezes dispersos por diversos departamentos, com diferentes motivações e interesses. Estas diferenças tiveram impacto nos pontos de entrada empregues para envolver governos subnacionais em S&H:

- Em Siaya, no Quênia, o Ministério da Saúde escolheu como primeiro grupo-alvo o pessoal de saúde pública de nível médio do distrito, que depois trabalhou para aumentar o enfoque em S&H, tanto a níveis superiores como inferiores.
- Em Moyo, no Uganda, os líderes políticos e técnicos a nível distrital (o nível mais alto de governo local) foram os primeiros de quem se procurou obter a adesão. Foram incentivados a ser um modelo a seguir, melhorando as instalações distritais de S&H, antes de liderar processos semelhantes a níveis mais locais.

Ao ponderar como levar os líderes políticos a dar mais prioridade ao S&H, concluiu-se que as motivações políticas podem interferir com as decisões técnicas. Por exemplo, as actividades “materiais” dos programas de S&H podem não ser apelativas para a liderança política, se as infra-estruturas subsidiadas forem consideradas mais populares entre os eleitores. A apresentação, em formato conciso e visual, de dados de S&H convincentes, que vá ao encontro das motivações de diferentes líderes é particularmente eficaz na obtenção do seu envolvimento (ver também 3. Monitoria, apresentação de relatórios, aprendizagem e utilização de dados lideradas pelo governo). A divulgação de informação seleccionada de forma concisa foi considerada importante quando se trabalha com líderes ocupados com múltiplas exigências a disputar a sua atenção. Por exemplo:

- No Quênia, utilizando dados do recenseamento, o UNICEF desenvolveu pequenos “perfis” de saneamento dos distritos facilmente perceptíveis, o que permitiu dar aos líderes ocupados um “instantâneo” da situação do saneamento dos distritos, a sua posição na “tabela da liga” do saneamento e qual o orçamento estimado para atingir o estatuto de ODF.
- Em Siaya, no Quênia, e Moyo, no Uganda, os dados do sector da saúde foram enviados aos líderes para sublinhar os benefícios em matéria de saúde da melhoria do S&H, e a relação custo-eficácia, a longo prazo, da prevenção de doenças, ajudando assim a aumentar a consciência da importância do S&H por parte dos líderes.

Outras técnicas utilizadas no envolvimento dos líderes foram:

- Convidar os líderes políticos para reuniões de saneamento, para aumentar a sua adesão, através da consciencialização da situação e do trabalho de S&H que está a ser levado a cabo e envolvendo-os também nas discussões.
- Promover a competição entre governos subnacionais, através de encontros de líderes ou visitas de intercâmbio, por exemplo.
- Levar a cabo sessões de despertar institucional precoce.

Uma vez envolvidos, é importante que os líderes sejam responsabilizados através de compromissos escritos (ou outros), também quando há mudanças nos cargos de chefia (que podem ser um desafio para a continuidade). Alguns parceiros também sublinharam a necessidade de assegurar que os líderes sejam, eles próprios, bons modelos de S&H (e os desafios aqui implicados, se, por exemplo, os líderes ou gabinetes subnacionais não dispuserem de boas instalações de S&H). Para incentivar este aspecto:

- Em Siaya, no Quênia, o Director de Saúde e o UNICEF pediram aos líderes que assinassem uma grande faixa pública, comprometendo-se a apoiar os programas de S&H. Foi-lhes também pedido que documentassem decisões e compromissos, o que tem ajudado nas transições de liderança.
- Em Moyo, no Uganda, os líderes participaram em jornadas de limpeza mensais, demonstrando publicamente a sua liderança na área de S&H e encorajando os cidadãos a seguirem o seu exemplo.

A existência de parcerias fortes entre governos subnacionais e parceiros de desenvolvimento revelou-se fundamental para apoiar a liderança governamental e para

garantir que os seus esforços reforçam as capacidades locais de sustentabilidade. O apoio é geralmente necessário durante longos períodos e pode incluir a disponibilização de apoio financeiro, a alavancagem de recursos do governo local, e a prestação de apoio técnico a planos subnacionais de S&H e mecanismos de monitoria.

- Os governos locais e os parceiros de desenvolvimento nestes estudos de caso trabalharam em conjunto durante aproximadamente dez anos.

### 2. Alocação de recursos governamentais subnacionais (financeiros e humanos)

Os processos de alocação de recursos para S&H eram diferentes nos três casos e precisavam de ser entendidos para influenciar as afectações. Por exemplo:

- No Quênia e no Uganda, os governos locais recorrem a uma abordagem a nível distrital, através da qual o governo e os parceiros reúnem recursos e elaboram planos e orçamentos a nível distrital. (No Quênia, o plano de trabalho e orçamento anual do governo local é publicado em linha para ajudar a garantir o seu cumprimento.)

Também se constatou que na implementação de programas de S&H a nível comunitário se recorre frequentemente às estruturas existentes e que a afectação de recursos pode ter de se adequar a elas. Os governos subnacionais podem também ter processos instituídos para a afectação ou desembolso de fundos. Por exemplo:

- Em Siaya, no Quênia e em Nyamagabe, no Ruanda, recorreu-se a contratos de desempenho para fomentar o progresso rumo às metas.
- Em Moyo, no Uganda, o desembolso de fundos para os distritos não se baseia no desempenho e os fundos são desembolsados, mesmo quando as metas não são atingidas.



Uma latrina na comunidade de Hells Gate, distrito de Nakuru, no Quênia. Solomon Ndungu, um coordenador de CLTS e Ekrah Wairimu, um membro do Comité de Saneamento das Aldeias da zona, inspecionam a latrina e a estação de lavagem de mãos juntamente com Peter Murugu, Técnico de Saúde Pública. Fotografia: Jason Florio

<sup>1</sup> Por exemplo, da Sanitation and Water for All, e da WaterAid [em inglês]. (Todas as páginas aqui hiperligadas consultadas a 11 Fevereiro de 2021.)



Como seria de esperar, surgiram frequentemente muitas outras prioridades a competir por fundos a nível subnacional. **A vontade política pode, portanto, ser um precursor da atribuição de recursos** (ver 1. *Aumentar a vontade política e apoiar a liderança*).

Mesmo que os fundos sejam alocados, as experiências indicam que podem não ser disponibilizados na íntegra, ou podem ser disponibilizados tardiamente ou redireccionados. De que formas se pode ultrapassar isto ?

- Em **Siaya, no Quénia**, uma carta do governador, defendendo as prioridades de S&H, ajudou a reduzir o redireccionamento de fundos.
- Ainda em **Siaya, no Quénia**, foram elaboradas políticas a nível distrital que permitiram que os fundos fossem canalizados para S&H, para alargar a gama de rubricas orçamentais/fontes onde se podia ir buscar financiamento de S&H. Para tal, os distritos elaboraram um projecto de Lei de Saúde Ambiental e Saneamento, que usaram como guia para elaborarem a sua própria legislação.
- Em **Moyo, no Uganda**, os estabelecimentos de saúde receberam uma directiva (e não uma orientação, como anteriormente) para utilizarem em S&H uma percentagem fixa dos seus fundos para despesas correntes não salariais.

Finalmente, a forma como os fundos e os recursos humanos são alocados pode incrementar ou reduzir a qualidade do programa. Por exemplo, a utilização de incentivos para motivar funcionários/facilitadores pode ter impacto noutros intervenientes.

- Em **Siaya, no Quénia**, os orçamentos de S&H incluíam bonificações aos activistas comunitários de saúde, como motivação para a realização de visitas regulares de saneamento doméstico e respectivos seguimentos.
- Em **Nyamagabe, no Ruanda**, os orçamentos de S&H não recompensavam a participação comunitária, tornando difícil manter abordagens que implicassem a realização regular de reuniões e actividades voluntárias demoradas regulares. No entanto, verificou-se que o trabalho voluntário periódico, através de dias mensais de trabalho comunitário (conhecido como Umuganda), funcionava bem.

Noutros contextos, o pagamento de ajudas de custo/incentivos financeiros aos trabalhadores, referentes à realização de actividades a nível comunitário, em que se espera que os membros da comunidade participem gratuitamente, resultou na desmotivação da comunidade em participar (Jiménez et al. 2014).

### 3. Monitoria, elaboração de relatórios, aprendizagem e utilização de dados lideradas pelo governo

Os dados foram identificados como essenciais para conseguir a adesão política e a liderança de bom S&H (tanto a nível nacional como subnacional). Utilizam-se dados para múltiplos fins, incluindo:

- medir os progressos realizados e dar conta deles,
- assinalar lacunas,

- servir de base à escolha do caminho a seguir e contribuir para a concepção de programas e orçamentação assentes num determinado contexto,
- mapear parceiros e apoiar a coordenação,
- aumentar a motivação, e servir de base e dar mais força à advocacia (por exemplo, para a mobilização de recursos).

Os dados e sistemas de monitoria devem ser fáceis de utilizar e, idealmente, produzir dados em tempo real (ou próximo do tempo real). Os sistemas digitais podem funcionar bem. Eis algumas formas de alcançar estes objectivos:

- Em **Nyamagabe, no Ruanda**, existem dois sistemas de monitoria: um Sistema Informático de Monitoria (SIM) central para actualizar o progresso a nível nacional, com recolha anual de dados; e uma recolha de dados mais barata, semanal, pelos funcionários do governo local a trabalhar no terreno, utilizando a ferramenta de recolha de dados "Questões de Segurança Humana" para servir de base a uma rápida tomada de decisões a nível distrital.
- Em **Siaya, no Quénia**, utilizou-se um SIM em tempo real para medir o progresso e o estatuto de ODF, com inserção regular de dados pelos trabalhadores da administração local. Com base no sucesso em Siaya, o SIM foi dimensionado para ser utilizado em todo o Quénia.

Tanto como os dados em si, **é fundamental como e quando os dados são apresentados, para que se faça uma boa utilização deles**. Verificou-se ser importante a apresentação visual de informação seleccionada, de modo a incentivar os responsáveis políticos e os decisores a trabalharem com os dados.

As actividades de aprendizagem foram igualmente identificadas como importantes. As visitas de intercâmbio, por sua vez, foram apontadas como sendo particularmente valiosas, já que podem contribuir para a qualidade do programa, a sensibilização e a motivação. Por exemplo:

- Em **Siaya, no Quénia**, os funcionários de saúde pública do distrito foram enviados para outros distritos para aprender com os êxitos uns dos outros. Este intercâmbio de equipas de monitoria pode também ter motivado pessoas a trabalhar arduamente para garantir que os outros achessem que a "sua" área estava a fazer bons progressos.
- Em **Moyo, no Uganda**, os políticos deslocam-se a diversos distritos, em jornadas de aprendizagem, para ver o que os outros estão a alcançar e aumentar a respectiva motivação e empenho; os promotores comunitários estão empenhados em visitas de intercâmbio de aprendizagem em localidades e aldeias para motivar e incentivar um maior número de pessoas a aderir às boas práticas de saneamento; os promotores de saneamento e as equipas de saúde das aldeias recebem apoio para participarem em programas de rádio em que partilham as suas experiências.

### 4. Não deixar ninguém de lado

Os indivíduos, os agregados familiares e as comunidades podem ser vulneráveis por múltiplas razões que se entrecruzam. Como tal, **é importante compreender quem, numa área subnacional, pode ser vulnerável, e porquê, e desenvolver abordagens específicas para o respectivo contexto**, incluindo planos para agregados familiares que não podem pagar serviços de S&H adequados. Eis alguns exemplos das pessoas que podem ser mais vulneráveis nestes contextos:

- Pessoas que vivem nas margens do lago em **Siaya, no Quénia**, em grande parte devido a condições difíceis do terreno/solo, área propícia a inundações e estilos de vida nómadas.
- Pessoas que vivem em zonas muito montanhosas e zonas propensas a inundações frequentes e à erosão do solo, em **Nyamagabe, no Ruanda**.

Nos três estudos de caso, foi dada ênfase à responsabilidade das comunidades de cuidar dos mais vulneráveis e de assegurar **que todos beneficiem de melhor S&H. Contudo, reconheceu-se que o apoio da comunidade é importante, mas tem os seus limites**. Os governos (nacionais ou subnacionais) estavam a alocar uma parte cada vez maior dos orçamentos para apoiar os mais vulneráveis, por exemplo:

- No **Ruanda**, estão disponíveis diferentes níveis de apoio, conforme os recursos económicos das famílias. Os agregados familiares são categorizados em quintis de riqueza, sendo os do quintil mais baixo elegíveis para apoio financeiro (geral, não específico de S&H) do governo central e os agregados familiares dos dois quintis mais baixos elegíveis para apoio através de dias de trabalho comunitário (Umuganda).
- No **Uganda** realizam-se conversações a nível nacional para assegurar que os orçamentos nacionais incluam fundos para cobrir as necessidades sanitárias dos grupos vulneráveis.
- Em **Siaya, no Quénia**, foram feitos orçamentos e definidos objectivos claros para os grupos vulneráveis antes de alcançarem o estatuto de ODF (mas não há apoio específico a grupos vulneráveis após o estatuto de ODF). Isto inclui disposições orçamentais para a reconstrução de instalações sanitárias em áreas propensas a inundações e em áreas com terra solta.

### Desafios persistentes

Para além dos exemplos apresentados, foram identificados os seguintes desafios persistentes, para os quais se encontraram poucas soluções nos casos examinados:

- A dificuldade de manter o compromisso político com o S&H, particularmente durante as transições de liderança política e depois da obtenção do estatuto de ODF (com este último aspecto exacerbado quando as metas cessam ao atingir o estatuto de ODF).

- Desembolso tardio de fundos e interferência dos processos governamentais com os cronogramas de implementação. Para além de se tomarem em conta nos planos os processos governamentais já existentes, sempre que possível, houve poucas sugestões sobre como ultrapassar estas dificuldades.

- Poucos recursos adequados para desenvolver, manter e actualizar os sistemas de monitoria. É importante que estes sistemas possam ser actualizados em função de novas prioridades, por exemplo, para assegurar que os esforços de S&H continuem depois de atingido o estatuto de ODF e estejam alinhados com os indicadores do ODS. Isto requer recursos que nem sempre estão disponíveis. Eis algumas formas de ultrapassar a situação:

– Em **Nyamagabe, no Ruanda**, os fundos do governo local para SIM digital são limitados, pelo que é utilizado, em paralelo com o sistema nacional, um outro sistema mais barato para recolha de dados para tomada de decisões regulares a nível local.

– O **Quénia** recorre a parceiros de desenvolvimento para o financiamento de actualizações do sistema nacional de monitoria.

Considerou-se, no entanto, que recorrer a sistemas paralelos ou estar dependente de financiamento externo não são situações ideais.

- Dificuldade em identificar quem pode ser mais vulnerável, particularmente se houver falta de diversidade de quem avalia a vulnerabilidade, ou lacunas na sua percepção dos factores que contribuem para essa vulnerabilidade. Por exemplo:
- Um desafio identificado em **Nyamagabe, no Ruanda**, foi a falta de representação das mulheres na tomada de decisões e a falta de metas de inclusão a nível distrital.
- Em **Siaya, no Quénia**, a incontinência não faz parte do actual entendimento de vulnerabilidade.

### Novas lições aprendidas

- Levar a cabo análises das partes interessadas para planear o despertar institucional e determinar em quem se centrar, a que nível, quando, e como se dirigir a essas pessoas para alcançar o máximo impacto/influência;
- Fazer seguimento com os líderes para lhes exigir prestação de contas das acções com que se comprometeram;
- Encontrar e apoiar promotores de S&H que mantenham quando há transições políticas que possam pressionar os novos líderes de S&H e responsabilizá-los durante a vigência do seu mandato (por exemplo, através dos meios de comunicação social);
- Documentar os planos e compromissos com todos os intervenientes para sustentar a continuidade nas transições;

- Incentivar os decisores a demonstrar liderança pública em S&H, por exemplo, através da participação em dias de celebração global;
- Utilizar a concorrência saudável para motivar os governos locais a darem prioridade ao S&H;
- Utilizar dados bem apresentados para fundamentar argumentos de S&H a nível local (e outros), (por exemplo, sobre ODF e cobertura de S&H, acrescentando as tendências em matéria de doenças, se disponível – tudo apresentado em formatos acessíveis).
- Mapear as pessoas e os processos envolvidos na alocação de recursos e criar actividades impactantes que se lhes dirijam e adequem;
- Adicionar indicadores de ODS e pós-ODF aos sistemas de monitoria;
- Advogar o investimento em sistemas de monitoria atempados e fáceis de usar a nível local e nacional;
- Ponderar a utilização de intercâmbios de aprendizagem para apoiar o despertar, a sensibilização, a motivação e a implementação;
- Realizar reuniões regulares de revisão com parceiros de desenvolvimento para resolver questões, partilhar lições, documentar as melhores práticas e melhorar a coordenação.
- Fazer investigação formativa para compreender quem pode ser vulnerável e porquê numa área subnacional, e, em função disso, criar abordagens adaptadas a contextos específicos (incluindo as pós-ODF)

## Agradecimentos

Esta Nota de Reflexão é baseada em estudos de caso e workshops conduzidos pelo Sanitation Learning Hub (Centro de Aprendizagem do Saneamento) com parceiros do governo distrital de Siaya e do UNICEF no Quénia, do governo distrital de Nyamagabe e da WaterAid no Ruanda, e do governo distrital de Moyo e da WSSCC/Uganda Sanitation Fund no Uganda. A Nota de Reflexão é da autoria de Mimi Coultas (SLH) com o apoio de Jamie Myers (SLH) e Ruhil Iyer (SLH).

Obrigado a todos aqueles que contribuíram para gerar a aprendizagem sintetizada nesta Nota de Reflexão, participando na elaboração de estudos de caso, workshops e revisões de documentos. Agradecemos em especial a:

**Uganda:** David Katwere Ssemwanga, Dominic Lomongin Aballa, Steven Amoko, Sheila Nduhukire e David Mukama

**Ruanda:** Lambert Karangwa, Tariya Yusuf e Inbar Yaffe

**Quénia:** Talia Meeuwissen, Jimmy Kariuki, Hodaka Kosugi, Caroline Odhiambo, Hillary Okumu, Peter Karichu, Mabel Chanzu e Emmah Mwendu.

Por último, agradecemos a Samantha Reddin (SLH) pela sua contribuição para a publicação deste número.

## Bibliografia

Cabral, L. (2011) Decentralisation in Africa: Scope, Motivations and Impact on Service Delivery and Poverty. Future Agricultures Consortium (FAC) Documento de Trabalho (consultado a 25 Fevereiro 2021)

Casey, V. e Crichton-Smith, H. (2020) System Strengthening for Inclusive, Lasting WASH that Transforms People's Lives: Practical Experiences from the SusWASH ProgrammeaterAid (consultado a 25 Fevereiro 2021)

Gensch, R. e Tillett, W. (2019) Strengthening Sanitation and Hygiene in the WASH Systems Conceptual Framework: Considerations of WASH Systems Concepts and Frameworks, and Examples of Systems Strengthening (consultado a 25 Fevereiro 2021)

Jiménez, A.; Mtango, F.F. e Cairncross, S. (2014) "What Role for Local Government in Sanitation Promotion? Lessons from Tanzania", Water Policy 16: 1104–20. <https://doi.org/10.2166/wp.2014.203>

UNICEF (2018). UNICEF's Game Plan to End Open Defecation. Nova Iorque: UNICEF

World Bank Group; Plan International; WSSCC; SNV and WaterAid (2019) Delivering Rural Sanitation Programs at Scale, with Equity and Sustainability: A Call to Action (consultado a 25 Fevereiro 2021)



- /SanitationLearningHub
- @SanitationLearningHub
- @SanitationLearningHub

**Citação correcta:** Coultas, M. (2021). "Reforçar os sistemas subnacionais para uma cobertura de saneamento e higiene ao nível das unidades administrativas" Sanitation Learning Hub Nota de Reflexão 9, Brighton: DOI ISBN 10.19088/SLH.2022.012

Primeira edição 2021

© Institute of Development Studies 2021

Alguns direitos reservados – ver licença de direitos de autor para mais informação.

ISBN 978-1-80470-015-0

**Para mais informações, contacte:**

Sanitation Learning Hub, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, BN1 9RE, Reino Unido

Tel: +44 (0)1273 606261 Email: SLH@ids.ac.uk

Site: <https://sanitationlearninghub.org>

Esta série foi licenciada com uma licença Creative Commons de Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 3.0 Não Adaptada (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/deed.pt>).

**Atribuição:** Deve atribuir o devido crédito da maneira especificada pelo autor ou licenciante.

**NãoComercial:** Não pode usar este trabalho para fins comerciais. SemDerivações: Não pode alterar, transferir ou transformar este trabalho.

Os utentes podem copiar, distribuir, exibir, traduzir ou levar à cena este trabalho sem autorização por escrito. Para cada novo uso ou distribuição, deve deixar claro para terceiros os termos da licença desta obra. Se usar o trabalho, pedimos que faça referência ao site do SLH e envie uma cópia do trabalho ou um link para a sua utilização em linha para o seguinte endereço: Sanitation Learning Hub, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, BN1 9RE, Reino Unido (SLH@ids.ac.uk).



Este documento foi financiado pela Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional, ASDI. Este trabalho também beneficiou de fundos do UNICEF e do WSSCC. A ASDI não partilha forçosamente os pontos de vista expressos neste material. A responsabilidade do conteúdo cabe exclusivamente aos autores.

